



**João Vieira Lopes** Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

# “As ruturas sociais não se preveem no computador”

O retrato que a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) faz da atuação do Governo é arrasador: as políticas seguidas no último ano e meio estão a “destruir o tecido empresarial” e a ignorar os “sinais de rutura social”. E o futuro próximo, segundo a CCP, não augura melhorias. “Estamos a trabalhar em cenários de ficção”, diz o presidente da CCP, João Vieira Lopes, sobre o Orçamento do Estado para 2013. A solução, defende, passa por uma renegociação do plano de ajustamento com a *troika*.

■ Segundo o Instituto Informador Comercial, Portugal está a registar 25 falências de empresas por dia. Estes números coincidem com os da CCP?

■ As falências são uma ponta do icebergue, porque a maior parte das empresas fecha silenciosamente. Resolvem os compromissos com os fornecedores e fecham. Nestas estatísticas aparecem sobretudo empresas que recorrem a meios judiciais, que são uma minoria.

■ Estamos portanto a falar de um problema de dimensões muito maiores?

■ Sim. Os nossos números de 2011, sem exageros, apontavam para uma média de 100 empresas por dia só no comércio. Se formas pelos serviços ou restauração o número é superior.

■ Esta é uma crise sem paralelo na história recente da economia portuguesa?

■ Nunca tinha havido uma contração do mercado interno a este nível. Mesmo nas intervenções do FMI em 1980 e 1983, não havia o endividamento das famílias que existe agora e que este plano de ajustamento da *troika* ignorou. Nesses anos a quebra do consumo das famílias correspondia à quebra do rendimento disponível. Mas agora as estimativas do Governo falharam porque se esqueceram de que a classe média e média baixa tinha um endividamento muito grande com a habitação. É um erro estrutural e uma das provas de que os modelos teóricos não funcionam.

■ Está a tornar-se impossível a uma

PME sobreviver com esta carga fiscal?

■ Uma carga fiscal brutal, com a contração da economia, retira liquidez. O rendimento das famílias baixa e o comércio reflete isso. E a montante reflete-se na indústria ou no turismo. Por isso é que sempre considerámos que estando a esmagadora maioria dos empregos nas PME e nos serviços, as políticas têm de partir do real. Não se pode partir da destruição completa do tecido empresarial atual, sob pena de entrarmos em ruturas sociais muito complicadas. E essas ruturas sociais não se preveem nos programas de computador.

■ A paz social que tem sido apresentada como ativo do país está em risco?

■ Há cinco anos os roubos nos supermercados eram de perfumes, whisky e lâminas de barbear. Hoje rouba-se

atum e esparguete. Há cada vez mais gente a ficar sem subsídio de desemprego, porque esgotou o período. E aos parceiros sociais choca ver a insensibilidade do Governo em relação a isso.

■ O que é que espera da aplicação do OE para 2013?

■ Este OE vai ficar na história porque no dia em que saiu o Banco de Portugal já punha em causa o seu quadro macroeconómico. Estamos a assistir a um jogo de espelhos perigoso, com a *troika* e a senhora Merkel a dizerem que Portugal está a cumprir, quando não está a cumprir nada. Estamos a trabalhar numa ficção: aposta-se num modelo mas não se adequa o modelo à realidade.

■ Já não acredita em Vítor Gaspar?

■ A CCP não fulaniza as questões nem entra em jogo político. É evidente que em todo este Governo o Ministério das Finanças é o que mais se tem enganado nos objetivos que define. Mas, mais do que este ministro ou outro qualquer, preocupa-nos a posição autista que se está a ter em relação à degradação da economia do país e dos conflitos sociais que possam ocorrer.

■ O Governo diz que não há alternativa. Ela existe?

■ A responsabilidade do Governo é tentar negociar no plano europeu condições que permitam à economia respirar. Até aproveitando as contradições que existem no FMI. Mas o Governo apagou-se muito na capacidade de negociar. Vemos os primeiros-ministros grego, italiano ou espanhol a movimentarem-se nas cúpulas e vemos Portugal na expectativa de que cumprindo de forma mecânica um conjunto de princípios consiga ter benesses, que não me parece que estejam a aparecer.

■ Qual é o ambiente que se vive nas reuniões da concertação social?

■ É cordial, mas há um sentimento de ineficácia e de impotência. Gostáramos que algumas medidas importantes os parceiros sociais fossem mais ou-

## Empresas públicas “estão a esgotar o stock de crédito”

Um dos “erros estruturais” que o presidente da CCP identifica no plano de ajustamento negociado com a *troika* é a forma como está a ser gerido o sistema de financiamento da economia. “O memorando inicial tinha um erro estrutural: não garantia o funcionamento das empresas públicas, em particular dos transportes. Pressupunha que elas tinham capacidade de se financiar, até no mercado internacional. Mas com a baixa do rating isso tornou-se impossível. Portanto, tiveram de recorrer ao mercado interno”, sintetiza Vieira Lopes. Um cenário que levou as empresas públicas a “esgotar parte significativa do stock de crédito” na economia nacional. “O crédito às grandes empresas subiu 1% ou 2%, o crédito às PME desceu a dois dígitos e nas empresas públicas cresceu mais de 20%”, resume. Sobre as linhas de apoio às PME lançadas nos últimos meses, a CCP entende que “são positivas”, mas que poderiam “ter prazos de amortização e de carência mais longos”. Até porque “cíclicamente parte dessas linhas é utilizada para transferir crédito já existente para crédito coberto pela garantia do Estado”. Ou seja, a liquidez que entra na economia “não é exatamente a mesma que resulta dessas linhas e fica muito aquém das necessidades”.

vidos. A asneirada feita com a TSU não teria acontecido se tivessem ouvido antes os parceiros sociais. Acabámos por ver entidades patronais e entidades sindicais quase de acordo. A própria *troika* fica perplexa. Mas isso aconteceu porque essas entidades estão na economia real. E a equipa das Finanças vive num mundo de *backoffice* europeu.

■ O ministro da Economia estreou recentemente um discurso dissonante da austeridade e apelou a estratégias de crescimento. É um sinal positivo?

■ A *troika* em Portugal é uma espécie de revisor oficial de contas dos credores e o Ministério das Finanças está fechado na convicção de que é preciso seguir à risca o que é indicado pelos credores. Portanto, competiria ao Ministério da Economia fazer um contrapeso. Tem sido insuficiente, mas reconheço que neste momento há um esforço nesse sentido. Aliás, uma das propostas que fizemos para o OE foi uma compensação no IRC para investimentos e para a criação de postos de trabalho. O Governo avançou com esta proposta do IRC a 10% para investimentos estrangeiros e essa é uma linha com a qual estamos de acordo. Mas com este OE é impossível fazer uma inversão.

■ O primeiro-ministro disse que 2013 seria o ano da viragem económica.

■ Isso é irrealista. É retórica política.

■ Como antecipa que estaremos no final de 2013?

■ O desemprego vai aumentar, o rendimento das famílias vai baixar e a conflitualidade social irá subir. Ou há uma revisão efetiva do plano de ajustamento para o adequar à realidade da economia ou aproximamo-nos perigosamente de situações que se passam hoje na Grécia. Por isso é que defendemos uma renegociação global do plano de ajustamento que permita aumentar os prazos de amortização, baixar os juros e deixar respirar um bocado a economia para crescer.

ADRIANO NOBRE

anobre@expresso.imprensa.pt